

ESTATUTO SOCIAL SEGUNDA ALTERAÇÃO

TÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE OBJETIVOS

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E SEDE

Art. 1º - A Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES - é uma entidade com personalidade jurídica, de direito privado, sem fins econômicos e com duração indeterminada, visando o desenvolvimento e à integração administrativa, econômica e social dos Municípios que a compõem, regendo-se pelo presente Estatuto.

Art.2º - A Associação é constituída dos Municípios seguintes: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Painei, Palmeira, Ponte Alta, Otacílio Costa, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urupema e Urubici, e de futuros Municípios que vierem a ser criados por fusão, incorporação, adesão ou desmembramento na região de abrangência da AMURES.

Art. 3º - A sede e foro da Associação será a cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, na rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, centro.

Art. 4º - A Associação atuará em regime de intima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como, órgãos estaduais, federais, e entidades públicas e privadas.

Parágrafo Único - A AMURES não remunerará os membros da Diretoria e não distribuirá lucros, dividendos ou remuneração de qualquer espécie aos seus associados.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 5º - Além dos objetivos previstos na legislação vigente, artigo 114, § 3º da Constituição de Santa Catarina e respeitadas as autonomias municipais, a Associação tem por objetivos e finalidades:

I - ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, econômica e social dos Municípios, visando:

a) Nas atividades meio:

1 -auxiliar a administração dos municípios associados a promover a modernização administrativa, através da reorganização dos serviços públicos municipais;

2 - promover a discussão da legislação tributária, de pessoal, Lei Orgânica e outras leis básicas municipais, visando sua uniformização nos Municípios associados;

3 -assessorar na articulação com as Câmaras de Vereadores dos Municípios associados visando a adoção de medidas legislativas que concorram para melhoria das administrações municipais;

4 - mobilizar os Municípios, visando defender e reivindicar os interesses das administrações municipais da Micro-Região, junto às demais esferas de Governo, bem como frente à sociedade;

5 -assessorar os Municípios associados, na adoção de políticas econômicas, fiscais e administrativas;

6 -estimular e incentivar a elaboração de planos governamentais visando orientar a elaboração de Projetos de Lei Orçamentários – PPA, LDO e LOA;

7 – coordenações para a elaboração e implementação de planos locais e regionais integrados na Micro-Região;

8 - participar de convênios e contratos para financiar a elaboração e implementação de estudos, planos, projetos e programas de interesse dos municípios associados.

b) Nas atividades fim:

1 -estimular a sustentabilidade e o bom uso dos recursos naturais renováveis;

2 -auxiliar e estimular a discussão e a implementação de políticas públicas visando o desenvolvimento local e regional, junto aos municípios associados;

3 -assessorar na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com:

a) Educação, saúde pública, assistência social, habitação, cultura, esporte, turismo, agropecuária, meio ambiente, finanças e tributação;

b) Serviços urbanos, obras públicas e outros;

c) Transportes, comunicações, eletrificação e saneamento básico.

4 -incentivar e auxiliar a implantação de um sistema intermunicipal de transportes e comunicações na Micro-Região;

5 -promover iniciativas para elevar as condições de bem estar econômico e social das populações rurais da Micro-Região;

6 - planejar, coordenar, orientar, controlar e executar as políticas de pesquisa agropecuária e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural a produtores rurais nos municípios associados;

7 - desenvolver e executar projetos no setor cultural, estimulando ou executando a produção, a distribuição e o acesso aos produtos culturais através de CDs, DVDs, espetáculos musicais, teatrais, de dança, filmes e outras produções na área Audiovisual, exposições, livros nas áreas de Ciências Humanas, artes, jornais, revistas, cursos e oficinas na área cultural e afins; ainda ações que visem proteger e conservar o patrimônio histórico e artístico; estimular a difusão da cultura brasileira e a diversidade regional e étnico-cultural, entre outras;

8 - incentivar, organizar, apoiar, patrocinar e promover projetos desportivos e para desportivo nos municípios filiados, como jogos, campeonatos, copas, dias atléticos, formação de seleções e outras competições visando o incentivo das atividades esportivas;

9 -promover ações de defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável através de articulação dos seus municípios ou diretamente realizando atividades de pesquisa, capacitação, projetos de licenciamento de atividades ou recuperação de áreas degradadas;

10 -realizar atividades em promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional;

11 - promover ações e projetos que visem a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

12 -realizar estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;

13 -apoiar os processos de modernização tributária municipal, praticar consultoria e apoio à fiscalização e atividades de melhoria tributária aos municípios filiados.

II -promover, incentivar, viabilizar a cooperação intermunicipal e

intergovernamental, visando:

- a) Divulgar na Micro-Região, as normas e exigências dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira dos Municípios;
- b) Conjugar, estimular, coordenar a utilização de recursos técnicos e financeiros da União, Estado e Municípios associados, mediante acordos ou contratos intermunicipais para solução de problemas sócio-econômicos comuns;
- c) Estimular e auxiliar na organização de Fóruns de Secretários Municipais, nas diversas áreas de atuação dos municípios, visando ações integradas;
- d) Reivindicar a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, garantindo aos municípios recursos para a prestação destes serviços;
- e) Estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo no plano intermunicipal integrado;
- f) Elaborar estudos e levantamentos sobre os problemas e potencialidades da Micro-Região que indiquem prioridades para atendimentos pelos poderes públicos.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS

Art. 6º - A Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, terá a seguinte estrutura organizacional:

I -Assembléia Geral

II - Diretoria Executiva

III –Conselho Fiscal

IV –Secretaria Executiva

V - Unidade de Apoio Administrativo e Técnico

VI -Consórcios

VII - Conselho Consultivo

CAPÍTULO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 7º - A Assembleia Geral da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES é constituída pelos Prefeitos ou seu substitutos legais.

Art. 8º - A Assembleia Geral é órgão soberano em suas decisões.

Art. 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á na sede da Associação ou em qualquer um dos Municípios associados, previamente escolhidos.

Art. 10 - As reuniões realizadas na sede da Associação serão presididas pelo seu Presidente.

Art. 11 - O “quorum” exigido para realização da Assembleia Geral será no mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos Municípios associados.

Art. 12 - Somente terão direito a voto, para eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, os Prefeitos Municipais ou quem os estiver substituindo no exercício do mandato.

Art. 13 - É vedada a representação extra municipal.

Art. 14 - As deliberações da Assembleia Geral, exceto nos casos previstos nos artigos 53, 64 e 68, deste Estatuto, serão tomadas por maioria simples dos Municípios associados presentes.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal somente serão destituídos mediante o voto favorável de dois terços dos municípios associados em assembleia especialmente convocada para essa finalidade em primeira convocação ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 15 - As decisões normativas da Assembleia Geral tomarão a forma de “resoluções”, numeradas anual e sequencialmente, devendo o número de ordem vir acompanhado dos dois últimos algarismos indicativos do ano de referência.

Art. 16 - Poderão participar da Assembleia Geral, sem direito a voto, os Vice-Prefeitos e Vereadores dos Municípios associados, pessoas de organismos públicos ou privados, especialmente convidados pelos representantes dos Municípios e pela Diretoria da Associação.

Art. 17 - A Assembleia Geral pode ser ordinária ou extraordinária.

Art. 18 - As Assembleias Gerais Ordinárias serão em número de 6 (seis), durante cada exercício, realizadas, entre os meses de fevereiro a dezembro e sua convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 19 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada sempre que haja matéria urgente para ser deliberada, com antecedência mínima de 3 (três) dias, por iniciativa do Presidente da Associação, garantido a um quinto dos

associados o direito de promovê-la.

Art. 20 - Os Municípios que solicitarem convocação de Assembleia Geral Extraordinária deverão formalizar o pedido ao Presidente da Associação, relatando os motivos e indicando os assuntos a serem tratados.

Art. 21 - É de competência da Assembleia Geral:

I - deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos da Associação;

II - estabelecer a orientação coletiva da Associação, recomendando o estudo de soluções para os problemas administrativos, econômicos e sociais da Micro-Região;

III - eleger, por votação secreta ou aclamação no caso de chapa única os membros da Diretoria: Presidente, os Vice-Presidentes da Associação, e Presidentes dos Consórcios, pelo período de 1 (um) ano;

IV - eleger os membros do Conselho Fiscal, titulares e suplentes;

V - homologar o Plano Anual de Trabalho proposto pela Diretoria;

VI - homologar o quadro de pessoal técnico e administrativo da Associação, bem como os níveis salariais e de reajustes, propostos pela Diretoria;

VII - fixar a contribuição percentual sobre a arrecadação efetiva dos Municípios associados, para atender às despesas de custeio, bem como, formação do Patrimônio da Associação;

VIII - apreciar as atividades desenvolvidas pela Associação;

IX - homologar o Relatório Geral e a Prestação de Contas anual da Diretoria da Associação, com parecer prévio do Conselho Fiscal da Associação;

X - reformar o presente Estatuto na forma do disposto no artigo 68;

XI - deliberar sobre qualquer assunto de interesse dos Municípios associados ou da Micro-Região;

XII - deliberar sobre a destituição e ou desligamento de associados;

XIII - deliberar sobre os procedimentos e ações a serem tomadas em relação aos associados inadimplentes;

XIV - contratar e exonerar o Secretário Executivo.

§ 1º - A eleição dos membros da Diretoria da Associação e do Conselho

Fiscal será realizada na primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano sendo que o mandato irá iniciar no dia 01 de janeiro do próximo ano, finalizando em 31 de dezembro do respectivo ano.

§ 2º - No primeiro ano de mandato dos prefeitos, a eleição para a Diretoria da Associação e do Conselho Fiscal ocorrerá nos primeiros dez dias do mês de janeiro, sendo que a convocação para a eleição ocorrerá até o dia 20 de dezembro do ano anterior.

Art. 22 - No início de cada reunião da Assembleia Geral, a ata da reunião anterior deverá ser submetida à aprovação do plenário.

Art. 23 - As deliberações da Assembleia Geral serão executadas pela Secretaria Executiva, auxiliada pela Unidade de Apoio Administrativo e Técnico, ou até pela própria Diretoria.

Art. 24 - A Assembleia Geral poderá constituir Comissões Especiais para estudar e apreciar as proposições submetidas à deliberação do plenário.

Parágrafo Único - Poderão participar dos trabalhos das Comissões técnicas, convidados especialistas nas matérias objeto de sua constituição.

Art. 25 - Compete à Comissão constituída pela Assembleia Geral:

I - emitir parecer sobre as proposições para cuja apreciação foi constituída;

II - sugerir emendas ou substitutivos às proposições submetidas à sua apreciação

CAPITULO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 26 - A Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES é administrada pela Diretoria com auxílio da Secretaria Executiva.

Art. 27 - A Diretoria Executiva compor-se-á dos seguintes membros eleitos pela Assembleia Geral:

I - Presidente;

II - 1º Vice-Presidente;

III - 2º Vice-Presidente.

§ 1º - O Presidente da Associação será sucedido em caso de vacância, e substituído nas suas faltas, licença ou impedimento, pelo 1º Vice-Presidente e

este pelo 2º Vice-Presidente.

§ 2º - O Presidente da Associação é o seu representante legal, podendo constituir procuradores com fim específico.

Art. 28 - A Diretoria exercerá suas funções administrativas através da Secretaria Executiva.

Art. 29 - São atribuições do Presidente da Associação:

I - representar o CIS/AMURES ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores “*ad negotia*” e “*ad juditia*”, podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Secretário Executivo;

II - presidir as reuniões da Assembleia Geral, observado o disposto no art. 10 deste Estatuto;

III - dirigir aos poderes competentes as reivindicações da Associação;

IV - firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas e privadas;

V - supervisionar os trabalhos da Secretaria Executiva;

VI – encaminhar as resoluções da Assembleia Geral, quando for o caso, para estudo e pronunciamento dos técnicos da Unidade de Apoio Administrativo e Técnico, e da Secretaria Executiva;

VII - constituir Grupos de Trabalhos com objetivos específicos e duração temporária, com a participação de técnicos e da Secretaria Executiva da Associação e de convidados especiais;

VIII - convidar técnicos de órgãos municipais, estaduais, federais e entidades privadas e profissionais liberais, para participar dos Grupos de Trabalho previsto no item anterior;

IX - contratar, pessoal técnico e administrativo, mediante aprovação em reunião de diretoria e homologação em Assembléia;

X - solicitar que sejam postos à disposição da Associação, servidores dos Municípios associados, sem ônus para a Associação; com o objetivo de prestar serviços exclusivamente para a associação, após aprovação pela assembleia;

XI - contratar, total ou parcialmente, a prestação de assistência técnica aos Municípios associados mediante justificativa;

XII - autorizar pagamentos e movimentar recursos financeiros da Associação, através de cheques bancários nominais, juntamente com o Secretário Executivo;

XIII - zelar pelo cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral;

XIV - promover a elaboração do Plano Anual de Trabalho, do Relatório Geral e da Prestação de Contas Anual da Diretoria;

XV - convocar a Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto;

XVI - receber as proposições dos Municípios associados para posterior encaminhamento à Assembléia Geral;

XVII - preparar a agenda dos trabalhos da Assembléia Geral;

XVIII - executar e fazer executar as deliberações da Assembleia e determinar a divulgação das mesmas;

XIX - submeter à Assembleia Geral, para aprovação, o Quadro de Pessoal técnico e administrativo da Associação, bem como, a respectiva remuneração;

XX - prestar contas à Assembleia Geral, no fim do mandato, através de Relatório Geral e Prestação de Contas Anual de sua gestão administrativa e financeira, com o parecer do Conselho Fiscal;

XXI - contratar e demitir o Secretário Executivo com aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 30 - São atribuições da Secretaria Executiva:

I - organizar e supervisionar os serviços da Secretaria, zelando pela eficiência dos mesmos;

II - dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades do pessoal técnico e administrativo da Associação;

III - representar oficialmente a Diretoria da Associação, sempre que credenciado;

IV - despachar os expedientes dirigidos à Associação;

V - promover a arrecadação de recursos financeiros;

VI - movimentar recursos financeiros da Associação, através de cheques bancários nominais, juntamente com o Presidente, ou no impedimento ou falta deste, com o 1º Vice-Presidente ou com o 2º Vice-Presidente;

VII - dar divulgação às deliberações da Assembleia Geral com prévia autorização do Presidente da Associação;

VIII - colaborar com o Presidente na elaboração do Relatório Geral de Atividades, bem como, na Prestação de Contas Anual a serem apresentados ao Conselho Fiscal e posteriormente à Assembleia Geral;

IX - acompanhar as reuniões de Assembleia Geral da Associação, determinando a lavratura das respectivas atas;

X - determinar a prestação de assistência técnica aos Municípios associados;

XI - organizar os Grupos de Trabalho incumbidos de estudar os problemas administrativos municipais, bem como, os problemas sócio-econômicos da Micro-Região;

XII - elaborar o Plano Anual de Trabalho da Associação e o Orçamento-Programa, em conjunto com a Presidência;

XIII - solicitar ao Presidente a contratação de técnicos e propor que sejam postos à disposição servidores dos Municípios associados;

XIV - estabelecer e manter intercâmbio de natureza técnica e administrativa entre a Associação e entidades públicas e particulares;

XV - executar outras tarefas que lhe venham a ser atribuídas pelo Presidente da Associação.

Parágrafo Único - O cargo de Secretário Executivo é de confiança da Diretoria Executiva observado o disposto no Art. 21, XIV, cujos requisitos indispensáveis para o preenchimento de relevante função é privativa de curso superior nas áreas de afinidade da administração pública, encontrando-se entre eles os de elevada capacidade técnica, idoneidade e responsabilidade.

CAPÍTULO V DA UNIDADE DE APOIO ADMINISTRATIVO ETÉCNICO

Art. 31 - A Unidade de Apoio Administrativo e Técnico será o órgão responsável pela coordenação técnica e financeira das atividades desenvolvidas

pela Associação, junto aos Municípios filiados, bem como das atividades burocráticas e administrativas internas da entidade.

Art. 32 - A Unidade de Apoio Administrativo e Técnico compõe-se dos seguintes setores:

I - APOIO ADMINISTRATIVO

- a) Secretaria Executiva
- b) Setor de Assessoria Contábil
- c) Setor Administrativo
- d) Setor de Informática
- e) Setor de Serviços Gerais

II - APOIO TÉCNICO

- a) Setor de Assessoria em Planejamento Urbano, Arquitetura e Engenharia
- b) Setor de Assessoria em Movimento Econômico
- c) Setor de Assessoria em Assistência Social
- d) Setor de Assessoria em Turismo
- e) Setor de Assessoria em Cultura
- f) Setor de Assessoria em Projetos e Convênios
- g) Setor de Assessoria Fiscal

III - APOIO ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

- h) a) Setor de Assessoria Jurídica
- i) b) Setor de Assessoria de Comunicação Social

§ 1º - Havendo necessidade e nos termos previstos no Regimento Interno, a Diretoria poderá contratar outras assessorias específicas, com homologação da Assembléia Geral.

§ 2º - Os cargos necessários à estruturação dos setores administrativo e técnico serão estabelecidos no Regimento Interno.

§ 3º - As assessorias poderão ser contratadas através de contratos como autônomos ou pessoas jurídicas, não se regulamentando tais contratações nos termos da Resolução 04/2018 - AMURES.

§ 4º - As Unidades de Apoio Administrativo e Técnico serão dirigidas pela Secretaria Executiva.

Art. 33 - A Unidade de Apoio Administrativo é o órgão responsável pelos serviços burocráticos da Associação.

Art. 34 - Compete à Unidade de Apoio Administrativo, executar os serviços relativos à secretaria geral, expediente, contabilidade, jurídico, administração de

pessoal e material, e outros que lhe forem conferidos, dentro dos objetivos da Associação.

Art. 35 - A Unidade de Apoio Técnico é o órgão responsável pela prestação de assistência aos municípios associados nas atividades meio e fim de suas administrações direta e indireta, bem como pelas demais atribuições que lhe forem conferidas dentro dos objetivos da Associação.

Art. 36 - Para o desempenho de suas atribuições a Unidade de Apoio Técnico contará, dentro das possibilidades da Associação, com um corpo técnico de nível superior e médio, especializado nos diferentes campos de atividades.

Parágrafo Único - Para auxiliar nos serviços poderão ser contratados estagiários, conforme legislação vigente.

Art. 37 - Compete à Unidade de Apoio Técnico:

I - desenvolver e coordenar, juntamente com os técnicos dos Municípios, as atividades de planejamento em níveis micro-regional e municipal;

II - coordenar, em nível técnico, os interesses micro-regionais, junto aos órgãos locais e entidades públicas, autarquias e fundações;

III - prestar assistência técnica às administrações dos Municípios associados, dentro dos setores apontados no artigo 32;

IV - organizar sistema de dados e informações dos municípios associados, visando à elaboração de programas setoriais pelos municípios;

V - organizar sistema de controle para avaliação dos resultados da ação administrativa dos Municípios filiados;

VI - promover intercâmbio técnico-administrativo entre os Municípios associados, para o estudo de soluções de problemas específicos;

VII - emitir pareceres sobre os assuntos especializados que lhe forem submetidos;

VIII - executar outras atribuições dentro dos objetivos da Associação.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL

Art. 38 - O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos, e os respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo seu mandato

coincidir com o dos membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de um ano, podendo ser reeleitos.

Art. 39 - Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados.

Art. 40 - Ao Conselho Fiscal compete:

I - eleger o seu Presidente dentre os membros;

II - examinar a Prestação de Contas do Presidente da Associação a ser submetida à homologação da Assembleia Geral, emitindo o seu parecer sobre a mesma.

CAPÍTULO VII DOS CONSÓRCIOS

Art.41 -Os municípios associados poderão constituir consórcios e entidades intermunicipais para a realização de ações, obras e a prestação de serviços de interesse comum.

Art. 42 - A constituição de consórcio ou entidade intermunicipal será decidida pelo voto favorável da maioria absoluta dos municípios integrantes da associação.

Art. 43 -Poderão participar dos consórcios ou entidades intermunicipais criadas pela Associação, municípios não associados a AMURES, bem como Estados, na forma prevista nos Contratos de Consórcio Público/Estatutos.

Art. 44 - Serão excluídos dos Consórcios os municípios que deixarem de cumprir com as obrigações previstas nos respectivos atos de constituição.

Art. 45 - A exclusão do Município da Associação implica na exclusão de sua participação nos Consórcios.

Art. 46 - Será suspensa a prestação de serviços dos Consórcios ao município que deixar de contribuir financeiramente com a Associação por mais de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 47 - O Conselho Consultivo será composto:

I - Presidente da AMURES

II - Presidentes dos Consórcios

III - 02 (dois) Prefeitos indicados pela Assembleia Geral

§ 1º - A indicação a que se refere o inciso III ocorrerá na segunda Assembleia Geral de cada ano, excepcionado o ano de sua constituição.

§ 2º - O mandato dos prefeitos indicados conforme o § 1º deste artigo será de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

§ 3º - O Presidente do Conselho Consultivo será o Presidente da AMURES.

Art. 48 - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre qualquer assunto de relevância e interesse da Associação e dos Consórcios, especialmente, aqueles que caracterizem alteração de despesa, mudança de procedimentos e/ou da política administrativa;

II - colaborar com a fixação das diretrizes dos órgãos que representam;

III - acompanhar a gestão e a administração da Associação e dos Consórcios;

IV - recomendar, se necessário, eventuais mudanças administrativas e políticas frente aos Municípios associados.

V - acompanhar as atividades, analisando e opinando sobre o andamento e o funcionamento dos órgãos;

VI - examinar críticas, denúncias e sugestões feitas pelos usuários e, com base nas informações, fazer proposições às Diretorias.

Art. 49 - O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente, pelo menos duas vezes durante o ano, sendo uma reunião em cada semestre ou, extraordinariamente, sempre que houver necessidade de tratar os assuntos previstos nos incisos I a VI do artigo 48.

§ 1º - Participarão das reuniões do Conselho Consultivo, o Secretário Executivo da AMURES e os Diretores Executivos dos Consórcios, auxiliando na prestação de informações, bem como na elaboração das atas.

§ 2º - Os assuntos previstos no inciso I, do art. 48, devem ser encaminhados pelos Secretário/Diretores Executivos aos Presidentes de seus órgãos para submissão ao Presidente do Conselho Consultivo, que decidirá pela convocação ou não da reunião.

Art. 50 - O órgão máximo da AMURES é a Assembleia Geral.

TÍTULO III DOS RECURSOS FINANCEIROS

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - Fontes de Recursos:

I - contribuição dos Municípios, a título de subvenção no mínimo de 1,0% (um vírgula zero por cento) e máximo de 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor bruto do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, sendo fixado por decisão de maioria simples em Assembleia Geral Ordinária.

II - recursos de crédito especiais e suplementares e consignados pelos Municípios;

III - recursos consignados nos orçamentos estadual e federal;

IV - produto de operações de crédito;

V - recursos provenientes de sua receita industrial;

VI - recursos provenientes de receita de serviços;

VII - recursos eventuais que lhe forem atribuídos;

VIII - outros.

§ 1º - Os municípios que estiverem em atraso com suas contribuições, não terão direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral.

§ 2º - As contribuições em atraso sofrerão atualização monetária, na data de seu pagamento pelo INPC, ou outro índice que vier a substituir.

TÍTULO IV DOS ASSOCIADOS

Art. 52 - Além dos municípios mencionados pelo art. 2.º deste Estatuto, outros poderão ingressar na Associação, outros Municípios, desde que tenham sua admissão aprovada pela maioria dos membros associados.

Art. 53 - Será excluído, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos municípios

associados presentes em Assembleia Geral Extraordinária para este fim especialmente convocada, o município-membro que deixar de contribuir financeiramente com a Associação por mais de 3 (três) meses.

§ 1º - A exclusão do Município da Associação implica no cancelamento automático de sua participação nos Consórcios por ela patrocinados.

§ 2º - Será suspensa a prestação de serviços dos Consórcios ao município que deixar de contribuir financeiramente com a Associação por mais de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

Art 54 - Constituem direitos sociais:

I -participar das Assembleias Gerais e discutir assuntos submetidos à apreciação dos associados;

II - votar e ser votado;

III -propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento da associação.

Art. 55 - Constituem deveres sociais:

I -cumprir e fazer cumprir o Estatuto;

II -acatar as determinações dos órgãos da Associação;

III -cumprir as obrigações e compromissos contraídos com a Associação;

IV -cooperar para a ordem, prestígio e desenvolvimento da Associação, municípios associados e com a região metropolitana;

V -comparecer às reuniões e Assembleias Gerais;

VI - pagar em dia a contribuição estatutária.

Art. 56 - Os municípios que tenham suas contribuições em atraso por mais de 15 dias não terão direito a serviços da Associação.

Art. 57 - Os municípios com mais de 3 (três) meses em atraso com suas obrigações financeiras, por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser desligados da Associação.

TÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 58 - Constitui patrimônio da Associação:

I –Bens móveis;

II –Títulos diversos;

III –Bens imóveis;

IV –Recursos financeiros.

Art. 59 - Nenhum bem pertencente à Associação poderá ser alienado sem expressa autorização da Assembleia Geral, salvo os inservíveis, desde que móveis, que poderão ser baixados por resolução do Presidente, autorizado pela Diretoria.

Art. 60 - É vedado a AMURES envolver-se em assuntos que não estejam de acordo com os seus objetivos, especialmente de natureza político-partidária ou religiosa.

Art. 61 - Os equipamentos da AMURES só podem ser utilizados para os serviços da entidade, ficando vedada a cessão, empréstimo ou qualquer forma de utilização.

Art. 62 - Fica vedado a utilização da Associação para a contratação de serviços de terceiros alheios as finalidades e objetivos da instituição.

Art. 63 - Os municípios filiados não respondem pelas obrigações da associação e nem pelos atos de seus órgãos e diretores.

TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 64 - A dissolução da Associação da Região Serrana - AMURES somente poderá ser efetivada em Assembleia Geral Ordinária especialmente convocada para esse fim, por decisão de dois terços (2/3) dos Municípios filiados.

Art. 65 - Em caso de dissolução da Associação, o seu patrimônio reverterá em benefício dos Municípios associados, sendo rateado proporcionalmente ao montante dos recursos entregues pelos mesmos à entidade, atendendo-se previamente às indenizações e outras exigências da legislação em vigor.

Art. 66 - Qualquer município associado poderá retirar-se da Associação mediante decisão do Prefeito Municipal. A decisão de afastamento não exime, no

entanto, o município de recolher as importâncias devidas até a data da respectiva retirada.

Parágrafo Único - O Município retirante assume a responsabilidade de respeitar proporcionalmente os compromissos assumidos durante a sua permanência como membro ativo da AMURES.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 67 - A organização administrativa e técnica e o funcionamento da Secretaria Executiva, bem como da Unidade de Apoio Administrativo e Técnico serão fixados em seu regimento interno, aprovado por Resolução da Assembleia Geral.

Art. 68 - A reforma estatutária será procedida em Assembleia Geral Ordinária, sendo as decisões tomadas por maioria de dois terços (2/3) dos Municípios associados.

Art. 69 - Anualmente deverão ser divulgados:

I - relatório das Atividades da Associação;

II - relatório demonstrando a sua situação econômico-financeira.

Art. 70 - Cada Município reconhecerá em lei especial sua condição de associado, obrigando-se aos deveres impostos pelo presente Estatuto.

Art. 71 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 72 - A Associação será filiada a Federação Catarinense de Municípios – FECAM e a outras entidades de caráter municipalista, com a aprovação da Assembleia Geral.

Art. 73 - A Diretoria providenciará, junto aos Poderes Públicos, o reconhecimento da Associação, como entidade de caráter público.

Art. 74 - O presente Estatuto entrará em vigor a partir da data de seu registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, quando ficará revogado o Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral de Constituição, e com as alterações posteriores especialmente as efetuadas pela Assembleia Geral de alteração realizada aos 29 dias do mês de julho e 1977 na cidade de Alfredo Wagner e no dia 13 de agosto de 2010 na cidade de Lages, com o seu devido registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos.

Lages, 26 de julho de 2019.

Diretoria Executiva

Presidente: Vilmar José Neckel

Prefeito de Bom Retiro

Profissão: Empresário

Brasileiro, casado, naturalidade: Bom Retiro - SC

Data de nascimento: 02/05/1961

RG: 1.063.613-7 SSP/SC – 11/01/2017, CPF: 422.110.189-04

Rua: Av. 24 de outubro, nº 739, Lot. Andrade – Cep: 88680-000, Bom Retiro – SC.

Cônjuge: Cleia Moretti Neckel

Profissão: Professora

Brasileira, casada, naturalidade: Bom Retiro - SC

Data de nascimento: 20/07/1967

RG: 1.828.779-4 SSP/SC – 14/07/2000, CPF: 568.010.259/53

Rua: Av. 24 de outubro, nº 739, Lot. Andrade – Cep: 88680-000, Bom Retiro – SC.

1º Vice Presidente eleito: Luiz Carlos Schmuler

Prefeito de Bocaina do Sul

Profissão: Comerciante

Brasileiro, casado, naturalidade: Bocaina do Sul/SC

Data de nascimento: 20/12/1972

RG: 30.482.992 – SSP/SC – 03/04/2001, CPF: 892.787.399-87

Rua: João Assink, s/n, centro, CEP: 88538-000 Bocaina do Sul/SC

Cônjuge: Maria Rejane Silva de Jesus Schmuler

Profissão: Pedagoga

Brasileira, casada, Naturalidade: Lages/SC

Data de Nascimento: 21/11/1973

RG: 3876867-4 SSP/SC – 06/03/2001 CPF: 023.838.149-89

Rua: João Assink, s/n, centro, CEP: 88538-000 Bocaina do Sul/SC

2º Vice Presidente: Tito Pereira Freitas

Prefeito de Capão Alto,

Profissão: Aposentado

Brasileiro, casado, naturalidade: Capão Alto - SC

Data de nascimento: 06/03/1946

RG: 320.534-7 SSP/SC – 30/03/1999, CPF: 148.794.689-91

Rua: João Vieira de Oliveira, 500, centro CEP: 88.548-000 Capão Alto/SC

Cônjuge: Marilva de Fátima Antunes Pereira

Profissão: Técnica de Enfermagem

Brasileira, casada, naturalidade: Lages/SC

Data de nascimento: 12/10/1954

RG: 358.295, SSP/SC – 09/01/2017, CPF: 892.591.149-34

Rua: João Vieira de Oliveira, 500, centro CEP: 88.548-000 Capão Alto/SC

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito de Correia Pinto

Profissão: Advogado

Brasileiro, casado, naturalidade: Campos Novos- SC

Data de nascimento: 18/09/1953

RG: 295.615, SSI/SC – 26/01/1973 CPF: 217.068.839-00

Rua: Orvalino Mazieiro, s/n, B. Nossa Senhora Consoladora, CEP 88535-000, Correia Pinto/SC

Cônjuge: Mirian Jaqueline Burk

Profissão: Professora

Brasileira, casada, naturalidade: Ponte Alta - SC

Data de nascimento: 10/08/1967

RG: 1.825.221, SSP/SC – 27/08/2007, CPF: 593.743.309-20

Rua: Orvalino Mazieiro, s/n, B. Nossa Senhora Consoladora, CEP 88535-000, Correia Pinto/SC

Ademilson Conrado

Prefeito de Cerro Negro

Profissão: Empresário

Brasileiro, casado, naturalidade: Cerro Negro/SC

Data de nascimento: 20/03/1972

RG: 3422333 SSP/SC – 01/07/2014 CPF: 025.716.469-31
Rua: Herdenantes Fernandes, s/n, Centro, CEP 88585-000, Cerro Negro/SC

Cônjuge: **Roselani Adelina Simoni Conrado**

Profissão: Agricultora

Brasileira, casada, naturalidade: Campo Belo do Sul/SC

Data de nascimento: 19/07/1973

RG: 3.565.510, SSP/SC – 26/10/2011, CPF:025.751.389-22

Rua: Herdenantes Fernandes, s/n, Centro, CEP 88585-000, Cerro Negro/SC.

Suplentes

Giovani Nunes

Prefeito de São Joaquim

Profissão: Odontólogo

Brasileiro, casado, naturalidade: São Joaquim/SC

Data de nascimento: 05/06/1982

RG: 3.159.997, SSP/SC – 11/09/1997 CPF: 007.788.519-82

Rua: Egidio Matorano, nº38 - Sala 04 - 1º andar, centro, CEP 88600- 000, São Joaquim/SC

Cônjuge: **Letícia Oliveira Costa**

Profissão: Do lar

Brasileira, casada, naturalidade: São Joaquim/SC

Data de nascimento: 18/05/1986

RG: 5.042.938, SSP/SC – 06/08/ 2002, CPF: 066.541.799-35

Rua: Egidio Matorano, nº38 - Sala 04 - 1º andar, centro, CEP 88600-000, São Joaquim/ SC

Flávio Antônio Neto da Silva

Prefeito de Painel,

Profissão: Agricultor

Brasileiro, casado, naturalidade: Painel/SC

Data de nascimento: 02/07/1964

RG: 1.626.158-2 SSP/SC – 10/11/1999 CPF: 499.572.449-49

Rua: Basílio Pessoa, s/n, centro, CEP: 88543-000 Painel/SC

Cônjuge: Isabel Cristina Waltrick Silva

Profissão: Do Lar

Brasileira, casada, naturalidade: Painel/SC

Data de nascimento: 15/04/1966

RG: 182113-3 SSP/SC – 08/07/2002 CPF: 037.105.719-10

Rua: Basílio Pessoa, s/n, centro, CEP: 88543-000 Painel/S

Luiz Paulo Farias

Prefeito de Ponte Alta

Profissão: Agricultor

Brasileiro, casado, naturalidade: Ponte Alta/SC

Data de nascimento: 13/05/1962

RG: 1.353.535- SSP/SC – 19/06/2009 CPF: 479.645.109-91

Rua: Rio do Sul, 125, centro CEP: 88.550-000 Ponte Alta/SC

Cônjuge: Elenise Bianchine Farias

Profissão: Auxiliar Contábil

Brasileira, casada, naturalidade: Ponte Alta - SC

Data de nascimento: 16/04/1969

RG: 2.181.150 - SSP/SC – 14/04/2005, CPF: 625.474.709/00

Rua: Rio do Sul, 125, centro CEP: 88.550-000 Ponte Alta/SC

Antônio Ceron

Prefeito de Lages

Profissão: Empresário

Brasileiro, casado, naturalidade: Tangara/SC

Data de nascimento: 16/06/1945

RG: 289.623, SSP/SC – 08/06/2006 CPF: 021.394.809-53

Rua: Cruz e Souza, nº 594, Bairro Brusque, CEP 88503-001, Lages/SC

Cônjuge: Maria Salete Ceron

Profissão: Do lar

Brasileira, casada, naturalidade: Caçador/SC

Data de nascimento: 27/07/1947

RG: 493.560, SSP/SC – 04/10/2013, CPF: 000.044.419-74

Rua: Cruz e Souza, nº 594, Bairro Brusque, CEP: 88503-001 Lages/SC

Thiago Costa

Prefeito de Rio Rufino

Presidente CIS/AMURES

Profissão: Empresário

Brasileiro, casado, naturalidade: Rio Rufino/SC

Data de nascimento: 26/10/1986

RG: 4.140.520 – SSP/SC - 26 /10/ 2010 CPF 049.157.289-19

Rua: José Oselame, 243, centro, CEP 88.658-000, Rio Rufino/SC

Cônjuge: **Karini Oselame Vieira Costa**

Profissão: Secretária Executiva da Câmara de Rio Rufino

Brasileira, casada, naturalidade: São Joaquim

Data de nascimento: 23/05/1985

RG: 4.168.580 – SSP/SC – data: 26/10/2010, CPF: 057.835.719-46

Rua: José Oselame, 243, centro, CEP: 88.658-000, Rio Rufino/SC

Evandro Frigo Pereira

Presidente do CISAMA

Prefeito de Urupema

Profissão: Contador

Brasileiro, casado, naturalidade: Urupema/SC

Data de nascimento: 06/05/1978

RG: 3.399.461, SSP/SC – 30/07/1992 CPF: 018.811.849-78

Rua: Olavo Pereira Machado, nº 94, centro, CEP: 88625-000 Urupema/SC

Cônjuge: **Loise Arruda**

Profissão: Professora

Brasileira, casada, naturalidade: Lages/SC

Data de Nascimento: 20/05/1975

RG: 3.602.993, SSP/SC – 03/05/2002, CPF: 019.440.419-66

Rua: Olavo Pereira Machado, nº 94, centro, CEP: 88625-000 Urupema/SC

José Tadeu Martins de Oliveira

Prefeito de Campo Belo do Sul

Profissão: Veterinário

Brasileiro, casado, naturalidade: Lages/SC
Data de Nascimento: 24/08/1946
RG: 115.484-2 SSP/SC – 26/09/2001 CPF: 106.093.349-72
Rua: Marjor Teodósio Furtado, nº 30, CEP: 88580-000 – Campo Belo do Sul/SC

Cônjuge: **Aneide Lucia Pellizzaro de Oliveira**
Profissão: Professora aposentada
Brasileira, casada, naturalidade: Capinzal/SC
Data de nascimento: 08/07/1953
RG: 1.175.549-0 SSP/SC – 07/05/2001, CPF: 022.284.369-17
Rua: Marjor Teodósio Furtado, nº 30, CEP: 88580-000 – Campo Belo do Sul/SC

João Cidinei da Silva

Prefeito de Anita Garibaldi

Profissão: Agricultor
Brasileiro, casado, naturalidade: Anita Garibaldi/SC
Data de nascimento: 12/02/1971
RG: 270658-3 SSP/SC – 16/05/2000 CPF: 827.958.519-20
Rua: Praça Paulino Granzotto, 20, centro, CEP: 88.590-000 Anita Garibaldi/SC

Cônjuge: **Eliane Nichele da Silva**

Profissão: Agricultora
Brasileira, casada, naturalidade: Lages/SC
Data de nascimento: 19/05/1973
RG: 2.899.017, SSP/SC – 22/08/2009, CPF: 033.795.769-05
Rua: Praça Paulino Granzotto, 20, centro, CEP: 88.590-000 Anita Garibaldi/SC

Fernanda de Souza Cordova

Prefeita de Palmeira

Profissão: Administradora
Brasileira, casada, naturalidade: Lages - SC
Data de nascimento: 17/02/1982
RG: 43997732 SSP/SC – 03/04/1998, CPF: 007.142.639-66
Rua: Ricardo Beffart, nº542, centro, CEP: 88545-000 Palmeira/SC

Cônjuge: **Pedro Eduardo Ramos Mazzochi**

Profissão: Empresário
Brasileiro, casado, naturalidade: Lages/SC

Data de nascimento: 18/06/1978
RG: 2.261.519-9 SSP/SC – 13/04/20014 CPF: 027.617.889-07
Rua: Ricardo Beffart, nº542, centro, CEP: 88545-000 Palmeira/SC

Arno Tadeu Marian
Prefeito de São José do Cerrito

Profissão: empresário
Brasileiro, casado, naturalidade: Bocaina do Sul
Data de nascimento: 08/02/1951
RG: 125378-6 SSP/SC – 26/10/1998 CPF: 392.333.248-34
Rua: Anacleto da Silva Ortiz, 127, centro, CEP: 88570-000 São José do Cerrito/SC

Cônjuge: Lurdes das Graças Marian

Profissão: empresária
Brasileira, casada, naturalidade: Curitiba/SC
Data de Nascimento: 10/12/1952
RG: 2.777.541, SSP/SC – 22/10/1999, CPF: 552.240.759-04
Rua: Anacleto da Silva Ortiz, 127, centro, CEP: 88570-000 São José do Cerrito/SC

Luiz Carlos Xavier
Prefeito de Otacílio Costa

Profissão: comerciante
Brasileiro, separado judicialmente, naturalidade: Lages/SC
Data de nascimento: 10/07/1977
RG: 3.445.802-6 SSP/SC – 22/11/2000 CPF: 023.513.209.80
Av. Vidal Ramos Júnior, 228, centro, CEP: 88540-000 Otacílio Costa/SC

Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito de Bom Jardim da Serra

Profissão: Fruticultor

Brasileiro, separado judicialmente, naturalidade: Bom Jardim da Serra/SC

Data de nascimento: 10/05/1966

RG: 1.756.174, SSP/SC – 30/10/2000 CPF: 481.958.209-72

Rua: Manoel Cecílio Ribeiro, 68, centro, CEP: 88640-000 Bom Jardim da Serra/SC

Antonio Zilli

Prefeito de Urubici

Profissão: empresário

Brasileiro, casado, naturalidade: Bom Retiro

Data de nascimento: 21/11/1944

RG: 209.479 SSP/SC – 12/12/2005 CPF: 018.798.989-34

Av: Adolfo Konder, 2273, Santa Catarina Pousada das Flores, CEP: 88650-000 Urubici/SC

Cônjuge: **Nelli Regina Zilli**

Profissão: empresária

Brasileira, casada, naturalidade: Urubici

Data de Nascimento: 05/07/1944

RG: 448.170, SSP/SC – 10/07/1996, CPF: 789.451.869-72

Av: Adolfo Konder, 2273, Santa Catarina Pousada das Flores, CEP: 88650-000 Urubici/SC